



Práxis Educativa (Brasil)

ISSN: 1809-4031

praxiseducativa@uepg.br

Universidade Estadual de Ponta Grossa
Brasil

Dias da Cunha, Myrtes; Mendes, Olenir Maria
A Pós-Graduação e a pesquisa em Educação: trajetórias percorridas e desafios atuais Entrevista com
Carlos Roberto Jamil Cury e Dalila Andrade de Oliveira
Práxis Educativa (Brasil), vol. 10, núm. 2, julio-diciembre, 2015
Universidade Estadual de Ponta Grossa
Ponta Grossa, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=89438284008>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica
Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

ENTREVISTA

A Pós-Graduação e a pesquisa em Educação: trajetórias percorridas e desafios atuais Entrevista com Carlos Roberto Jamil Cury e Dalila Andrade de Oliveira

Postgraduate Studies and Research in Education: traveled paths and current challenges Interview with Carlos Roberto Jamil Cury and Dalila Andrade de Oliveira

La Posgraduación y la investigación en educación: trayectorias recorridas y desafíos actuales Entrevista con Carlos Roberto Jamil Cury y Dalila Andrade de Oliveira

Entrevistadoras: Após cinco décadas de institucionalização da Pós-Graduação no Brasil, quais são suas principais contribuições para o desenvolvimento da ciência e tecnologia e para o campo social?

Carlos Roberto Jamil Cury (CRJC): Quem acompanha a institucionalização da Pós-Graduação, pelo menos desde o final dos anos 70, sabe que esta etapa da educação superior é aquela da qual se pode dizer que goza de hegemonia do setor público, com alto grau de acompanhamento pelos pares, com uma produção invejável de pesquisas, sendo que a CAPES, em especial, o CNPq e as FAPs colaboraram para a formação de quadros qualificados para a Educação Superior.

Dalila Andrade de Oliveira (DAO): São inúmeros, sem dúvida. A pesquisa científica tem suas principais bases nos programas de Pós-Graduação das universidades brasileiras, sobretudo das universidades públicas. O desenvolvimento de patentes e do número de doutores no país demonstra isso. Por meio da Capes e do CNPq as políticas de pesquisa e Pós-Graduação no país se articulam de maneira bastante integrada na promoção do desenvolvimento científico no país. Certamente os avanços científicos que temos tido nos últimos anos refletem em melhoria das nossas capacidades para o enfrentamento de problemas, inclusive, especialmente aqueles que afetam a população e a sociedade brasileira no seu conjunto.

Entrevistadoras: A estrutura e funcionamento da Pós-Graduação brasileira atualmente são reconhecidos e respeitados tanto nacional e internacionalmente pela comunidade acadêmica; no entanto, presenciamos assimetrias no desenvolvimento de áreas e regiões, uma vez que ainda há concentração de programas melhor avaliados em regiões economicamente mais desenvolvidas. Quais os principais desafios para a democratização do setor na realidade brasileira?

CRJC: Estas assimetrias devem ser vistas do ponto de vista da estrutura das regiões. Nas décadas de 70 e 80, o Nordeste, o Norte e o Centro-Oeste, de fato, estavam em uma situação muito crítica (em termos de expansão) com relação ao Sudeste e ao Sul. Hoje não se pode dizer o mesmo do Nordeste. Mas o Norte e o Centro-Oeste (exceção feita a Brasília) ainda necessitam de uma melhor distribuição. Por outro lado, não se pode esquecer de que no Sul e no Sudeste pode haver “centro-oestes” no interior destas regiões.

DAO: A estrutura da educação superior brasileira é bastante desigual do ponto de vista econômico e geográfico do país. Existe uma grande concentração de programas de Pós-Graduação nas regiões sudeste e sul do país acompanhando a igual concentração de universidades e centros de pesquisa. No caso específico da Educação, tal concentração se revela também na avaliação dos programas e na oferta de doutorados. Os programas de Pós-Graduação em Educação melhor avaliados no país estão na região Sudeste e Sul, sendo que dos três programas nota 7 (máxima pontuação atingida na avaliação da Capes) dois estão no Sudeste e um apenas na região Sul. Nas demais regiões, Centro-Oeste, Norte e Nordeste, a máxima nota alcançada por um programa foi 5.

Entrevistadoras: A Pós-Graduação brasileira tem se expandido de forma exponencial nas últimas duas décadas, e, juntamente com tal expansão, amplia-se também substancialmente a exigência por publicação. Quais limites são possíveis de se pensarem entre a função social da difusão do conhecimento e o produtivismo acadêmico?

CRJC: O produtivismo acadêmico, mais conhecido em língua inglesa como *publish or perish*, é um risco para a produção de excelência e um perigo para a qualidade. Esta última não se mede por quantidade e nem mesmo pela classificação de uma revista. Certamente que não se pode aceitar que, em três anos, um pesquisador/docente da pós não publique nada. Mas também não é viável esperar que alguém siga produzindo, em nível de excelência, uma fatura de artigos. Finalmente, é preciso ter cuidado para não hegemonizar a produção em periódicos, observadas as distinções entre as áreas. Os livros são importantes e merecem ter critérios de avaliação para que sejam reconhecidos como veículos de circulação do conhecimento.

DAO: Esta é uma questão delicada. Quando a publicação científica torna-se uma obrigação ou mesmo, em certos casos, meio de sobrevivência, corremos o risco de ver seu sentido original se perder. A publicação científica é destinada à divulgação do conhecimento teórico ou empírico, de resultados de pesquisas, de revisão de literatura, enfim, ela deve expressar um trabalho anterior. Os formatos de publicação podem ser generalizados, mas é diferente o artigo científico que tem por objetivo divulgar um software que foi desenvolvido daquele que discute um problema sociológico que igualmente precisa ser conhecido. O problema é que, por um lado, temos caído em generalizações que desconhecem as especificidades das áreas de conhecimento e, por outro, as políticas de avaliação têm estimulado um produtivismo que acaba sendo traduzido em repetições e muita retórica em certas áreas, o que empobrece em muito o campo científico.

Entrevistadoras: Como avaliam a importância e as possibilidades de atenuação da distância temporal e espacial entre a produção do conhecimento e sua apropriação pública?

CRJC: A apropriação pública é um fenômeno de difícil avaliação. Hoje, via *online*, temos o acesso a uma profusão de revistas, ao Portal da CAPES, ao link de teses e dissertações. A produção é muito grande, variada e portadora de distintas concepções. É certo que, em meio às ciências exatas, há maior facilidade de medição por meio de índices de citações. A mesma equivalência não ocorre nas humanas e nas sociais aplicadas. A atenuação da distância, a meu ver, é mais pertinente quando se sai do circuito acadêmico. Neste sentido, nossa produção está longe de chegar a um público mais amplo. Daí a importância de publicações que cheguem, especialmente em nossa área, aos professores em exercício na docência.

DOA: Os tempos são diferentes para a ciência e a política, se bem entendi a questão. A apropriação pública do conhecimento científico depende de sua divulgação e de seu reconhecimento como realmente válido, o que implica uma relação de confiança, no sentido que Giddens, como fichas simbólicas. Isto é algo que não se dá do dia para a noite e nem poderia ser assim, pois demanda tempo, amadurecimento e varia de acordo com a urgência com que os problemas se apresentam. No caso da Educação, já assistimos a verdadeiros desastres em nome da transposição direta entre “supostos” conhecimentos científicos e reformas educacionais, desconsiderando muitas vezes as particularidades de cada caso. A ciência baseada na evidência, na busca de disseminação de boas práticas, tem orientado essa relação entre produção do conhecimento e políticas públicas na atualidade colocando em risco tradições e valores que mereciam ser preservados e ignorando dimensões que não podem ser captadas na urgência que, por exemplo, a pesquisa avaliativa exige.

Entrevistadoras: As avaliações trienais dos programas de Pós-Graduação podem contribuir para sua qualidade? Quais suas potencialidades e limitações do sistema de avaliação da CAPES para a melhoria dos programas de Pós-Graduação e para a política nacional de Pós-Graduação no cenário atual?

CRJC: Eu inverteria um pouco essa pergunta: o que seria da Pós-Graduação sem a avaliação? A avaliação faz parte de um sistema articulado e que permite aos programas se olharem no espelho da avaliação e buscarem caminhos mais qualificados. Por outro lado, os sistemas não são nem perfeitos e nem eternos. Eles também devem se reciclar e ir se alterando quando certas realidades se esgotam. O peso enorme da avaliação associado ao elevado número de programas está merecendo uma espécie de mesa de negociação para o aperfeiçoamento do processo avaliativo.

DAO: Entendo que as avaliações são necessárias, especialmente porque elas definem o financiamento público da Pós-Graduação brasileira; contudo, a centralidade assumida por elas deveria ser repensada. Corremos o risco de passar a pesquisar e a produzir conhecimento orientado não pelos problemas de ordem teórica ou prática que temos, mas pela necessidade de responder às exigências da avaliação. Vai se perdendo a referência, o sentido que as coisas e os processos deveriam ter. A avaliação é em última instância anual, pois é trienal é classificação. O maior trabalho que o coordenador da Pós-Graduação tem é fazer os relatórios anuais para a Capes. Acho que chegamos à compulsão avaliativa que precisa ser relativizada. Não se justifica, por exemplo, avaliar anualmente programas que já obtiveram 6 e 7, pois, se eles conquistaram a excelência, certamente não a perderão de um ano para o outro, e a estabilidade deveria ser sim o principal critério a ser considerado. Não estou me baseando em realidades muito distantes de nós, uma vez que o CNPq já atua assim: um pesquisador 1A tem seu processo avaliado a cada 5 anos.

Entrevistadoras: Os instrumentos de aferição da qualidade da produção científica são eficazes para avaliar áreas com perfil e histórico de desenvolvimento diferenciados?

CRJC: De longa data, o paradigma de avaliação foi montado, hegemonicamente, em cima de padrões advindos das ciências exatas. Mas havia, em passado não muito remoto, uma maior flexibilidade na ficha, na coleta de dados, de modo a captar e respeitar as diferentes áreas. Além disto, havia, mais amiúde, as visitas in loco, que davam ângulos que a coleta e a ficha não captam. Este distanciamento e um padrão mais fechado da avaliação são pontos que merecem ser objeto de um maior consenso, precedido de uma mesa ampla de negociação, sem abrir mão da qualidade.

DAO: Acho que já me referi a essa questão anteriormente, mas não custa ser mais clara e direta. A sistemática atual de avaliação da Capes tem como referência um modelo desenvolvido nas ciências biológicas, sem ajustes e adequações que seriam fundamentais para determinadas áreas e campo do conhecimento. As áreas acabaram se submetendo a essa política pela forte regulação que a Capes exerce sobre a Pós-Graduação, vinculando avaliação e financiamento, mas essa generalização tem provocado determinadas acomodações nas diferentes áreas que podem ser prejudiciais ao seu desenvolvimento. Na minha opinião, a Capes é orientada na atualidade por uma concepção positivista de ciência que busca enquadrar e classificar o que é científico e o que não é cientificamente válido segundo critérios e cânones dessa matriz, reforçando hierarquias entre as áreas do conhecimento que são inaceitáveis, produto de uma miopia que não consegue pensar a sociedade de forma complexa e plural. Destaque-se a não incorporação das ciências humanas no maior programa de incentivo e estímulo à academia brasileira, o “Ciências sem Fronteiras”, que é o melhor exemplo disso, mas não é o único, eu poderia citar muitos outros.

Entrevistadoras: Quais os efeitos mais potentes da interiorização, da cooperação interinstitucional e da internacionalização da pesquisa e Pós-Graduação?

CRJC: A CAPES foi passando, lentamente, de programas mais voltados para a formação de sujeitos para a cooperação interinstitucional. Isto possibilitou que o mapa da Pós-Graduação fosse ficando mais espesso e em direção ao interior. Ocorreu algo similar ao que houve com o Brasil na década de 70. Muito reforço da Pós-Graduação veio de nacionais que se doutoraram fora e, quando de seu retorno, reforçaram os programas ou auxiliaram na criação de novos. Hoje, o efeito circulação é mais amplo. Já a internacionalização, de um lado, ganhou com o pós-doc e com o programa sanduíche e, de outro lado, perdeu um tanto, porque, hoje, está mais difícil o doutorado pleno no exterior. Este é um ponto que merece maior cuidado já que a circulação internacional permite maior pluralidade de concepções, de pontos de vista e de métodos. Mas para isto é preciso também que haja da parte dos interessados um maior investimento em línguas estrangeiras.

DAO: Penso que é fundamental a cooperação interinstitucional para o desenvolvimento da pesquisa científica. A produção do conhecimento é um processo que exige conexão, articulação e integração entre pares, e o intercâmbio é fundamental para potencializar esse processo. As políticas de Pós-Graduação em âmbito internacional na atualidade têm valorizado e buscado incrementar essas trocas. Contudo, não podemos pensar que a pesquisa e a Pós-Graduação em um país se fazem somente por meio da internacionalização, pois é necessário

antes a consolidação institucional em âmbito nacional; tampouco podemos pensar que um país pode sobreviver academicamente de umas poucas instituições de excelência e uma grande gama de “escolões” como já se tentou no passado (refiro-me a uma tentativa frustrada de reforma na Educação Superior durante o governo Fernando Henrique Cardoso). Portanto, é necessário fortalecer a interiorização da educação superior (o Reúne deu passos importantes nessa direção) e consequentemente da Pós-Graduação. Só assim será possível reduzir a enorme concentração institucional já mencionada, promotora de grandes desequilíbrios.

Entrevistadoras: O diretor da Associação Brasileira de Propriedade Intelectual (ABPI) afirmou recentemente que o plágio está comprometendo a credibilidade das pesquisas. O aligeiramento nos processos de produção e na difusão do conhecimento pode contribuir para corromper a ética no meio acadêmico?

CRJC: Não me parece que a ética acadêmica esteja corrompida pelo plágio no conjunto da Pós-Graduação. Pode acontecer mais amiúde na graduação até por uma certa ingenuidade. O susto trazido por situações, de fato, antiéticas, revela que se trata de casos focalizados. De fato, o copiar/colar se tornou muito fácil. Compete aos colegiados estarem alertas a este respeito para que o rigor metodológico e o cuidado epistemológico não cedam espaço para aprovações facilitadas. Agora, a cópia é crime. Mas o que é cópia, o que é plágio, o que é um intertexto ou, como se intitula um livro famoso “ladrões de palavras”, o que são? São perguntas que merecem ser tratadas em nossos cursos de metodologia.

DAO: Acho que são dois fatores distintos. A fraude é algo que independe de tempo e condições, ela pode ser facilitada pelas novas tecnologias, mas ela é, acima de tudo, um problema ético e que precisa ser tratada como tal. A fraude é crime e deve ser assim tratada. Considero temerário esse vínculo entre a pressão por produzir em determinado tempo à ocorrência de fraudes, pois poderia ser usado como justificativa para algo injustificável. Se os prazos são insuficientes para se produzir algo original, é preciso rever esses prazos, discuti-los e não apelar para a cópia, a repetição, a fraude.

Entrevistadores: Quais os sentidos e significados da produção e disseminação do conhecimento como bem público?

CRJC: As universidades públicas, até pelos investimentos que lhes advêm dos impostos, são mais do que um bem público, são serviço público. Portanto, o retorno social do que se lhes investiu é quase natural. Serão patentes, serão novas descobertas e serão novos ângulos em torno das políticas. As universidades privadas são autorizadas a prestar um serviço que, em sua ponta, é um bem

público, ainda que o canal (autorizado e avaliado) seja privado. Ao que tudo indica, ao menos na Pós-Graduação, a regulamentação feita pela CAPES e pelo CNE tem sido uma barreira contra a financeirização que vem ocorrendo em boa parte destes conglomerados educacionais.

DAO: São muitos, e essa é mais uma questão bastante complexa que, nos limites de uma entrevista, corre o risco de ser banalizada. Preocupa-me muito os rumos que podem tomar políticas de pesquisa e Pós-Graduação que adotam uma concepção restrita de ciência em que o conhecimento válido é aquele aplicado, dirigido a algo imediato, ou pior, aquele que pode se traduzir em produto de consumo vendável. A ciência não pode estar a serviço do mercado ou dos interesses de governos. É necessária certa isenção e distância para que se possa conhecer o que de fato está para ser conhecido, por isso é muito importante zelar pela produção do conhecimento “desinteressado”, no sentido de que ele não terá um aplicação imediata ou um vínculo direto com uma questão específica. O processo de conhecimento é histórico no sentido de que é acumulado historicamente, ou seja, algo que se conhece agora é na realidade a soma de conhecimentos anteriores que se deram em tempos e espaços distintos e passados. A produção do conhecimento deve estar a serviço da felicidade humana, por isso a ciência não pode ser privativa ou excessivamente dirigida e muito menos apropriada por grupos de poder ou classes sociais. Para mim este é o sentido da produção e disseminação do conhecimento como bem público.

Entrevistadoras: Qual o papel da Pós-Graduação como *lôcus* de produção da ciência e como instância de qualificação de profissionais para a Educação Básica e Educação Superior?

CRJC: Creio que esta dinâmica entre Educação Básica e Pós-Graduação ainda está longe de ter presença significativa. O atual Plano Nacional de Educação prevê a aceleração desta interface. Além disso, a existência de dois CTC na CAPES, um da pós e outro da Educação Básica, ainda não estabeleceu canais mais fluidos de interatividade. Esta é uma necessidade, inclusive como quesito específico para a área de Educação, quando professores da pós atuam sistematicamente na graduação (licenciaturas e pedagogia). Finalmente, a presença de mestrados profissionais na área pode ensinar, com base em pesquisa rigorosa, a produção, por exemplo, de materiais didáticos mais consentâneos com o avanço do conhecimento.

DAO: Sobre a Pós-Graduação como *lôcus* da produção de ciência, especialmente em Educação, já discuti nas questões anteriores. Contudo, resta reforçar que este papel de suma importância que cumprem os programas de Pós-Graduação em Educação na formação dos profissionais que atuam na Educação Básica e

Superior é tão melhor e mais eficiente quanto maiores forem as possibilidades de aliar a pesquisa ao ensino.

Entrevistadoras:

Myrtes Dias da Cunha (UFU)

Olenir Maria Mendes (UFU)

Carlos Roberto Jamil Cury

Possui Graduação em Filosofia pela Faculdade de Filosofia Ciências e Letras Nossa Senhora Medianeira (1971), Mestrado em Educação: História, Política, Sociedade pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1977) e Doutorado em Educação: História, Política, Sociedade pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1979). Fez seu pós-doutorado, em 1994, na Faculdade de Direito do Largo S. Francisco - USP e, na Université de Paris (René Descartes), em 1995, continuou seus estudos pós-doutorais. Entre 1998-1999 fez outros estudos de Pós-doutorado na École des Hauts Études en Sciences Sociales, EHESS, França. Em 2011 fez um estágio pós-doutoral na UFRJ. É professor titular (aposentado) da Faculdade de Educação da UFMG da qual é professor emérito. Atualmente é professor adjunto da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais atuando na Graduação e Pós-Graduação (mestrado e doutorado). Foi membro do Conselho Estadual de Educação de Minas Gerais. Entre 1996 e 2004 foi membro do Conselho Nacional de Educação (CNE) na Câmara de Educação Básica (CEB) da qual foi presidente por duas vezes. Foi presidente da CAPES em 2003 e membro do CTC da Educação Básica (2009-2011) da CAPES. Foi membro da Comissão de Educação da SBPC e membro atual do seu Conselho Nacional. Foi também membro da Câmara de Ciências Humanas da FAPEMIG. É membro do Conselho Superior da CAPES. É pesquisador 1A do CNPq.

Dalila Andrade de Oliveira

Professora titular da Faculdade de Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Minas Gerais na área de Políticas Públicas e Educação. Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Minas Gerais (1986), mestre em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais (1992) e doutora em Educação pela Universidade de São Paulo (1999). Realizou pós-doutorado na Universidade do Estado do Rio de Janeiro

(2005), na Université de Montréal, Canadá (2005) e no Institute of Education – University of London (2014/2015). Desenvolve estudos e pesquisas com ênfase em política educacional, gestão escolar e trabalho docente na América Latina. Foi coordenadora do Grupo de Trabalho “Educación, política y movimientos sociales” no âmbito do Conselho Latino-americano de Ciências Sociais (CLACSO) entre 2006 e 2009; Diretora de Cooperação Internacional da Associação Nacional de Política e Administração da Educação (ANPAE) entre 2007 e 2009. Foi vice-presidente da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd) entre 2005 e 2009 e presidente (2009/2013). Atualmente exerce a coordenação geral da Rede Latino-Americana de Estudos sobre Trabalho Docente (RedEstrado). É autora e co-autora de vários livros e artigos em periódicos nacionais e estrangeiros. É pesquisadora PQ 1A do CNPq.